

ENCÔNTO COM ALBERT SOBOUL (*).

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Por iniciativa das Universidades de São Paulo e de Santiago, que contaram com o patrocínio do Governo Francês, esteve na América do Sul, em missão cultural, um dos maiores historiadores da França: Albert Soboul. Professor de História da Revolução Francesa na Sorbonne, êle se apresenta como o continuador das grandes tradições de uma historiografia que, aos estudos revolucionários, deu figuras tão eminentes como Michelet, Jaurès, Aulard, Mathiez e Georges Lefèvre. Não é de estranhar assim o interesse excepcional despertado no meio universitário brasileiro pelo curso que Albert Soboul deu em agosto de 1969 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo sobre "Problemas de método e orientações de pesquisas na História Social (séculos XVIII e XIX) à luz da Revolução Francesa".

A Grande Revolução, 180 anos decorridos desde a tomada da Bastilha, continua atual. É ainda um tema absorvente para historiadores, sociólogos e economistas, como fenômeno total, abrangendo todos os aspectos do movimento da História. Como lembra Albert Soboul, "a História da Revolução Francesa não será jamais terminada, nunca será totalmente escrita. De geração em geração, à medida que se fôr desenrolando a História que ela tornou possível, não deixará de suscitar a reflexão dos homens. E também o seu entusiasmo". Até porque ajuda a compreender o presente da humanidade.

Foi uma parcela dessa riqueza nascida de um trabalho de reflexão e pesquisa de dezenas de anos que Albert Soboul veio comunicar-nos agora. Ninguém tem hoje mais autoridade do que êle para falar dos acontecimentos fascinantes que se processaram de 89 ao Consulado. O que abaixo publicamos "é um resumo das respostas dadas pe-

(*) — Reprodução devidamente autorizada de uma entrevista articulada por Miguel Urbano Rodrigues e publicada no *O Estado de São Paulo*, suplemento literário de 1 de novembro de 1969, página 5 (*Nota da Redação*).

lo autor de *Les Sans-culottes* a uma série de questões que lhe submetemos.

*

DE LABROUSSE A HAGEN.

P. — Na sua obra você acentua que foram as miseráveis condições de vida que puseram em movimento a massa dos *sans-culottes*. E a Revolução Francesa não constituiria exceção: o fator essencial de todos os grandes movimentos populares seria a fome. Nos Estados Unidos essa tese é contestada por uma influente escola de economistas e sociólogos que sobrepõe os fatores psicológicos aos econômicos. Para E. E. Hagen, por exemplo, “a perda de respeito pelo *status* é a raiz da turbulência do mundo atual”. As elites das sociedades tradicionais teriam respeitado as posições e funções dos grupos inferiores. Hoje, constituídas em grupos egocêntricos, tratariam as classes oprimidas com condescendência e menosprezo. Que pensa a respeito dessa interpretação da mudança social?

R. — Sim, durante a Revolução Francesa, como em muitas outras épocas da História, as massas populares foram acionadas muito mais pelo agravamento das suas miseráveis condições de existência do que pela força das idéias. Isso não se presta a contestação. Os trabalhos de Labrousse chamaram a atenção para uma alta dos preços de longa duração que provocou, no século XVIII, um aumento do custo de vida de 62%. As variações do preço dos cereais ligadas às safras elevaram esse índice para 88% em 1789. Como sempre, a subida dos preços poupava as categorias sociais abastadas e esmagava os pobres. Mais exatamente, o salário real caiu aproximadamente 25%. Esse agravamento das condições de existência não escapou aos observadores da época. Já em 1766, Turgot nos dava uma primeira formulação da *lei de bronze dos salários* (1) nas suas “Reflexões sobre a formação e a distribuição das classes”.

Mais do que à reivindicação de uma liberdade abstrata, as massas populares são sensíveis à do pão cotidiano. Na época da Revolução Francesa, elas deram prioridade à questão das subsistências. À liberdade econômica opuseram o direito à existência; ao lucro livre, a taxação. À igualdade abstrata dos direitos proclamada pela burguesia, opuseram a *égalité des jouissances*: a igualdade perante as condições da existência.

(1). — Teoria econômica segundo a qual o salário dos operários não deveria nunca exceder o mínimo vital.

Dar prioridade, nas motivações dos movimentos populares, aos fatores psicológicos ou psicanalíticos, como determinada escola americana, falar de “perda de respeito pelo estatuto social” a fim de explicar “a turbulência” das massas populares — é oferecer-nos a prova do mais perfeito desconhecimento das realidades populares aliado a um certo desprezo. Nessa atitude vejo sobretudo a incompreensão de teóricos bem alimentados ante a realidade cotidiana da fome, que é a de grande parte da humanidade. Atitude que não deixa de ter analogias com a daqueles ideólogos que condenam nos outros uma sociedade de consumo de que eles mesmos participam, como se viu bem em França, na primavera de 1968.

A atitude das classes dominantes, ao longo da História, não apresentou a marca desse paternalismo benevolente que tanto realçam certos historiadores e sociólogos. A exploração “feudal” dos camponeses pelos senhores da França antiga constitui uma demonstração do que afirmamos, como a condição das classes trabalhadoras na Inglaterra e em França no século XX, para nos atermos a exemplos clássicos.

P. — Para Hébert, os *sans-culottes* eram “a classe mais preciosa da Nação”. Contudo, a *sans-culotterie*, como você demonstra nos seus trabalhos, não constituía uma classe social. Os artesãos e os lojistas do Ano II não são comparáveis a um proletariado de usina. Mas, se os problemas da nossa época, ao contrário do que pretende Daniel Guérin, não podem ser transpostos para o século XVIII, perguntamos se a luta pela igualdade, travada pela massa heterogênea, inculta e famélica dos *sans-culottes*, não encerra lições importantes para a compreensão do processo histórico em curso em vários países subdesenvolvidos?

R. — É evidente que não são transponíveis para o passado os esquemas sociais e políticos do presente, sob pena de se cair num contrasenso histórico. E não é menos evidente que a análise histórica das realidades passadas pode ajudar, por comparação, a compreender certos problemas atuais. A questão que você coloca, parece-me, é a seguinte: Poder-se-á em certa medida, comparar as massas populares de tipo (refiro-me, bem entendido, às massas anteriores à revolução industrial, massas do tipo *sans-culotterie*) às massas dos atuais países subdesenvolvidos? Seria necessário proceder a análises sociais precisas e não a generalizações apressadas.

Massas populares de tipo antigo: reporto-me a categorias sociais heterogêneas, ligadas ao antigo sistema de produção e troca, artesanato e pequeno comércio, agrupando pequenos patrões e *compagnons*

(2) assalariados, e ainda amplos setores marginais, mais ou menos entregues à mendicidade e à vagabundagem. Não se trata, no caso, de uma classe. Artistas, lojistas e mercadores, *compagnons* e diaristas, certamente com uma minoria burguesa, formaram uma coalisão que desenvolveu contra a aristocracia e a contra-revolução uma força irresistível. Mas no próprio interior dessa coalisão afirmava-se a contradição entre os que, artesões e lojistas, usufruíam os benefícios que tiravam da propriedade privada dos meios de produção, e aqueles que, *compagnons*, diaristas e assalariados de clientelas, apenas dispunham de um salário.

Essas massas de recrutamento heterogêneo não podiam sentir uma consciência de classe. Se se mostravam geralmente hostis ao novo modo de produção, não o faziam pelos mesmos motivos. O artesão receava ver-se reduzido à condição de assalariado. A nos aterremos ao caso dos *compagnons*, seria anacrônico, apesar de serem assalariados, atribuir-lhes uma consciência de classe. A sua mentalidade era preferencialmente modelada pelo artesanato. A concentração capitalista não provocara ainda, ao agrupá-los na fábrica e fora dela, essa aproximação tão favorável ao despertar da solidariedade de classe a à mentalidade que assegura a sua afirmação.

Assim, para essas massas, o único cimento de unidade foi a luta pelo pão cotidiano e pela igualdade, vale dizer uma igualdade real. E também o sentimento nacional, na medida em que o aristocrata emigrado ou contra-revolucionário era igualmente o senhor, o beneficiário da percentagem feudal sobre a colheita camponesa, e portanto considerado um açambarcador e um monopolista.

Que dizer da situação das massas nos países subdesenvolvidos? A fome é, sem dúvida o seu mobil principal, reforçada pela consciência mais ou menos nítida de que as riquezas nacionais são desviadas para cair em mãos estrangeiras. Daí, tudo o indica, a dificuldade de criar instrumentos políticos eficazes: isto é, partidos estritamente disciplinados e que, por isso mesmo, assentem num recrutamento de classe.

Quero insistir, no entanto, no fato de estas considerações serem muito gerais. Seria necessário aprofundá-las à luz de análises sociais e históricas rigorosas, e situá-las num quadro monográfico fácil de captar.

P. — Compreendemos a sua reserva. Mas desejaríamos levar a interrogação um pouco mais longe, desdobrando-a. Perguntamos concretamente se Saint-Just e Robespierre não estarão, pelas razões

(2). — O termo *compagnons* era usado na França anteriormente à Revolução de 89 para designar os operários filiados às corporações artesanais.

que expôs, mais presentes do que Marx na Guiné, em Tanzânia, na Síria, no Egito, na Argélia e noutros países em que a marcha hesitante para o socialismo é comandada pela pequena burguesia? Certas contradições do jacobinismo não estariam sendo repetidas por revoluções em curso nessas nações atrasadas?

R. — Na medida em que a pequena e a média burguesia constituem uma categoria social compartimentada, a sua marcha para o socialismo só pode ser hesitante. É, tal como você diz, Robespierre está, então, mais presente do que Marx. Você cita o caso de países do Terceiro Mundo. Mas pergunto se a mesma análise não é válida para outros países, e particularmente a França, onde as camadas médias constituem um amplo setor da sociedade. Desejaria assinalar aqui precisamente as contradições insuperáveis de certas categorias sociais e de certas posições ideológicas. Robespierre, Saint-Just e os Jacobinos tentaram definir um determinado ideal social e introduzi-lo na História: o de uma república igualitária de pequenos camponeses, de artesãos, de lojistas, cada um com seu campo, sua oficina, sua loja. A comunidade nacional, investida do direito de controle sobre a propriedade privada, intervem para manter uma igualdade relativa, mediante a reconstituição da pequena propriedade à medida que a evolução econômica tende a destruí-la. Trata-se, acima de tudo, de tomar precauções contra a reconstituição do monopólio da riqueza e de um proletariado dependente. Daí, por exemplo, a lei da Montanha sobre a repartição equitativa das heranças. “É preciso que o homem viva independente”, escreve Saint-Just. Uma independência social e econômica, claro, que exclua o regime de salários. A propriedade deve ter como fundamento o trabalho pessoal.

Marx, num texto célebre da “Sagrada Família”, sublinhou essa contradição. Como proclamar os direitos *naturais* do homem, inclusive o da propriedade, e querer limitar as conseqüências disso a certos indivíduos? Como reconhecer a liberdade econômica e a do lucro e querer, simultaneamente, restringi-las? A liberdade econômica e a concentração dela resultante só podem contribuir para aumentar os desníveis sociais e reforçar os antagonismos.

Na França, artesãos e lojistas, descendentes dos *sans-culottes* e dos Jacobinos de 93, aferraram-se à sua condição do longo de todo o século XIX e a ela continuam apegados ainda hoje. Ligados à propriedade que tem os seus fundamentos no trabalho pessoal, revoltam-se contra a concentração capitalista, que tende a reduzi-los ao nível de proletários. Entretanto, igualmente ligados à liberdade do lucro, recusam-se a aceitar a economia dirigida e a organização socialista da produção.

Essas camadas médias oscilam entre a utopia e a revolta. A impotência da República de 1848 é prova disso, para não falarmos das peripécias da Terceira República ou de acontecimentos mais recentes. Das suas contradições participam, a meu ver, em larga medida, as profissões liberais (quando não se acham pura e simplesmente ao serviço das classes dominantes) e também aqueles que são chamados em França “os intelectuais de esquerda”. A sua impotência política está à altura da sua agilidade ideológica.

Saint-Just, nas suas *Instituições Republicanas*, escreve: “Não deve haver ricos nem pobres”. Mas anota, ao mesmo tempo, na sua agenda: “Não admitir a divisão das propriedades”. Não se limitará a “democracia social” ao domínio das utopias, Icária sempre procurada, mas nunca alcançada?...

Babeuf parece ter descoberto, logo na Revolução Francesa, a contradição, quando, a fim de realizar “a igualdade real”, a “igualdade de fato”, preconizou a “comunidade dos bens e dos trabalhos”. Mas êsse é outro problema...

*

ANÁLISE HISTÓRICA E ANÁLISE ESTRUTURALISTA.

P. — Para Levy Strauss a História surge como fenómeno passivo, condicionado pelos germes de morte que as estruturas carregam. Mas os historiadores refutam essa posição, por verem nela a decorrência de uma análise sincrónica incompatível com o movimento da história. Qual a sua posição no tocante à dissemelhança entre análise histórica e análise estruturalista e ao alcance de ambas?

R. — Reconheço a ajuda que a análise estruturalista pode representar para o historiador, no tocante a esta ou aquela pesquisa de pormenor. Temo, no entanto, que, fundamentalmente, o estruturalismo seja estranho ao espírito da História.

Uma observação preliminar: o interesse do historiador pelo estudo das estruturas, económicas, sociais, mentais, não decorre de uma moda recente. Em 1924, para não ir mais longe, apareceu a tese de Georges Lefebvre sobre *Os camponeses do Norte durante a Revolução Francesa*. A novidade dessa tese deve-se em grande parte ao estudo das estruturas sociais e das mudanças por elas sofridas em consequência da Revolução. Estruturas mentais: recordarei as pesquisas de Georges Lefebvre também sobre as multidões revolucionárias e a sua obra clássica sobre *La Grande Peur de 1789*.

Irei ainda mais longe para assinalar o interêsse que os historiadores que refletem o movimento da história dedicam ao estudo das estruturas, mais precisamente no que se refere ao seu movimento interno. Jaurès, ao iniciar em 1901 a publicação da sua *História socialista da Revolução Francesa*, esboça, para começar, um quadro magistral, sempre desigual, da sociedade francesa no fim do Antigo Regime. Trata-se claramente de um estudo das estruturas, com tôdas as contradições inerentes à sociedade anterior a 1789. Mais longe ainda no tempo, temos Barnave e a sua *Introdução à Revolução Francesa*, escrita em 1792, publicada em 1843: Barnave explicando justamente a Revolução Francesa pelo jôgo das contradições das estruturas no seio da antiga sociedade.

Valerá a pena lembrar que a noção de “estrutura econômica” foi definida por Marx? . . . Mas em ligação — saliente-se — com a de “categoria histórica”.

Farei ainda uma segunda observação: os historiadores não têm cabeça filosófica, os filósofos não têm cabeça histórica. O que me impressiona quando folheio as obras fundamentais do pensamento estruturalista é a ignorância real que elas quase sempre deixam transparecer da História, tal como os historiadores tentam escrevê-la. Esta cisão entre reflexão filosófica e reflexão histórica provoca algo mais do que simples mal-entendidos. Diga-se, porém, que os historiadores não fazem também um esforço muito maior para refletir sobre a sua própria disciplina, pelo menos os historiadores franceses, com poucas exceções. É justo reconhecer que o conceito de estrutura, embora muito utilizado por êles, o é de maneira muito ampla e bem pouco rigorosa.

Mas regressemos ao essencial. Conceito de estrutura: eu diria conceito de relações internas, estáveis, pensadas segundo a prioridade lógica do todo sobre as partes, de maneira que nenhum elemento da estrutura possa ser compreendido fora da posição que ocupa nesta, na configuração total. Mas aqui, creio, finda o acôrdo entre a análise histórica e a análise estruturalista.

Para o estruturalismo, efetivamente, a configuração total é capaz de persistir como *invariante*, apesar das modificações determinadas pelos elementos. A noção de *invarância* acha-se no cerne da análise estruturalista. Para o historiador, pelo contrário, uma estrutura nunca é estável, mercê das tensões e das contradições internas que, pelo seu jôgo incessante, tendem sempre para um nôvo equilíbrio. A análise estruturalista confere um papel predominante à *sincronia*, à estabilidade; à análise histórica, ao movimento, à *diacronia* . . .

Para o historiador, uma estrutura é uma realidade que o tempo veícula muito lentamente e que êle desgasta pouco a pouco. Certas

estruturas têm a vida dura, outras muito menos. Certas estruturas, quando duram muito, tornam-se elementos relativamente estáveis para uma infinidade de gerações; elas freiam, então, o movimento da história, retardam o desfêcho natural. Outras, pelo contrário, dissociam-se com mais facilidade.

O que interessa ainda mais ao historiador, quando verifica que o movimento é a própria essência das estruturas, é o mecanismo desse movimento. Mecanismo das estruturas sociais entre si mesmas; e também mecanismo no interior de uma estrutura global: ação recíproca do todo sôbre as partes, das partes sôbre o todo, das partes entre si. A análise estruturalista tende para uma anatomia das estruturas. A análise histórica exige naturalmente essa anatomia; mas vai mais longe, almeja realizar também uma fisiologia das estruturas.

Tomemos um exemplo muito simples. A análise de uma estrutura social revela, em qualquer época da História, a existência de ricos e pobres. Trata-se, sem dúvida, de elementos importantes, tanto mais que os vários níveis de riqueza ou de pobreza determinam os comportamentos sociais, as psicologias, os hábitos mentais . . . Mas o que importa ainda mais ao historiador é a mudança, ou, mais exatamente, o motor da mudança: como alguém se torna rico e como se continua pobre? E' preciso demonstrar o mecanismo das estruturas sociais: mudança fundamental de perspectiva. A análise estruturalista aponta riquezas e pobreza. A análise histórica vai mais longe: dedica-se ao estudo do enriquecimento ou do empobrecimento, ou, para empregarmos outra terminologia, da acumulação de um lado, da pauperização do outro.

O problema essencial, para o historiador, consiste assim em saber como evoluem as estruturas, como se desgastam, como morrem, como se passa de uma estrutura para a outra. Para a análise estruturalista, esquemáticamente, o motor é externo: a guerra, o acidente . . . Para a análise histórica é no próprio interior da estrutura que se desenvolve o movimento e o desgaste. A contradição é o motor desse movimento, revela-nos a necessidade imanente do desenvolvimento interno das estruturas.

Para a análise estruturalista, não há contradições mas oposições ao mesmo tempo complementares e imóveis. Para a análise histórica tudo é movimento e contradição, muito mais do que complementaridade. Em suma, a análise estruturalista recusa o autodinamismo das estruturas; e isso não pròpriamente pelo princípio da prioridade da sincronia sôbre a diacronia, mas muito mais pela separação dos dois pontos de vista. Para a análise histórica, ao contrário, há identificação entre a estrutura e o processo: não há estrutura sem que simultâneamente não haja um processo de evolução.

O estruturalista ignora a lógica concreta interna do desenvolvimento: quer dizer, o essencial daquilo que o historiador pretende captar. Não sendo a estrutura encarada como processo interno, *sincronia* e *diacronia* são, quando muito, colocadas no mesmo nível, desde fora; o movimento verifica-se por saltos, é impôsto de fora pelo encôntro com outras estruturas. Uma estrutura, *imutável* por si mesma, não experimenta a necessidade da sua transformação, a não ser quando se choca nos seus limites externos com outras estruturas.

Para o historiador, a estrutura, sob a capa de uma estabilidade muito relativa, não é mais do que a configuração transitória de um processo de evolução. Ela possui em si mesma, sob a forma de contradições motoras internas, a necessidade da sua própria transformação. Para o historiador, tôda estrutura é uma rêde de contradições; para o estruturista, de complementaridades.

O estruturalismo é um pensamento que procede por categorias fixas. Em vez do movimento real, que a história tem a ambição de captar e compreender, a análise estruturalista apenas fornece uma série descontínua de panoramas fixos. E de tal modo o faz que a própria alma da história se perde.

PRIMAVERA DE 68: AUSÊNCIA DE RUPTURA.

P. — Os acontecimentos de maio e junho de 1968, na França, continuam sendo tema de meditação e estudo em todo o mundo. No seu país, um sociólogo reformista como Maurice Duverger sintetizou a crítica às ilusões estudantis na frase de Trotsky: “Não há revolução contra o exército”; um pensador político como André Gorz responsabilizou pelo desfecho os dirigentes operários, por não haverem canalizado a combatividade das massas para a criação de órgãos do poder operário e popular que abalariam as bases e a autoridade do regime pela conquista de posições de força permanentes; Waldeck Rochet, secretário geral do PCF atribuiu a vitória do poder gaulista à exploração do medo e ao recurso à ameaça da guerra civil; Pompidou afirmou que a democracia havia saído fortalecida do processo de barricadas e da greve geral. Como historiador, qual a sua posição diante dos acontecimentos da primavera de 68?

R. — Os acontecimentos de maio e junho de 68, na França, aguardam ainda que seja feita a sua análise histórica. Por isso mesmo, não podem satisfazer-nos opiniões superficiais e fragmentárias.

Explicar a vitória do poder gaulista pela exploração do temor social das classes dominantes e das camadas médias da população não é o bastante. O medo social é uma das constantes do movimento da História, ora larvar e como que inconsciente, ora consciente e transmutando-se então em força política eficaz. Mas para isso é ainda necessário que tenha à sua disposição meios de ação. Em maio e junho de 68, na França, êsses meios de ação permaneciam intactos: a política, o exército, todo o aparelho do Estado. E' nesse sentido que retomarei aqui a frase de Trotsky: "Não há revolução contra o exército". Em outras palavras, a ruptura revolucionária só pode produzir-se com algumas probabilidades de êxito quando o aparelho de Estado oscila nos seus alicerces. Foi o caso de 1917. Foi também o caso em 1789. Esquece-se com freqüência que a insurreição de 14 de julho de 1789 e a tomada da Bastilha se verificaram numa Paris que as tropas reais haviam abandonado e em que a polícia, desmoralizada, se tinha dispersado. E seria ainda necessário explicar por que motivo as tropas haviam deixado a capital e qual a razão por que a polícia se dispersara. Em vez de produzirem tanto palavreado estéril, os especialistas da *soi disant* "ciência política" fariam melhor definindo com precisão, à luz da história, as noções de situação revolucionária, de crise nacional, de ruptura revolucionária.

Tomemos o exemplo da Revolução Francesa. As contradições no interior da sociedade do Antigo Regime eram suficientes, sem dúvida, nos anos Oitenta do século XVIII para caracterizar uma situação em que a *Revolução estava na ordem do dia*. Entretanto, não podiam por simples virtude direta provocar uma *situação revolucionária*, e menos ainda uma *ruptura revolucionária*. Para que essas contradições inerentes à sociedade do Antigo Regime se tornassem princípio ativo de ruptura foi necessária uma convergência de correntes, uma acumulação de circunstâncias (guerra da América, crise financeira, regressão seguida de crise econômica, má safra em 1788...). Quando da conjuntura (alta catastrófica dos preços, miséria popular...) levou a imensa maioria das massas a agrupar-se contra um regime cuja classe dominante não era capaz de defendê-lo — então o ponto de ruptura foi atingido. A crise desemboca na revolução, tornada possível pela acumulação e a exasperação de tôdas as contradições históricas.

Crise nacional única: as contradições secundárias apagam-se durante algum tempo diante da contradição fundamental. Em 1789, as múltiplas contradições da sociedade do Antigo Regime encadearam-se num ponto de ruptura revolucionária. A contradição fundamental encarnada essencialmente na que opunha as duas classes antagônicas — a aristocracia e a burguesia — foi então determinante.

As coisas não se passaram da mesma forma na primavera de 1968, em França, onde as massas camponesas e as camadas médias permaneceram fora do processo revolucionário que, finalmente, abortou.

P. — E' exato que na atual historiografia francesa se manifesta uma acentuada tendência para confundir "método" e "técnica"?

R. — Nos últimos vinte anos, os setores de ponta da historiografia francesa — história econômica, história social e demografia histórica — assistiram ao aperfeiçoamento de novas técnicas de pesquisa que permitiram evidentes progressos do conhecimento. Para citar apenas um exemplo, no campo da demografia histórica (desde a época pré-estatística até o início do século XIX), o procedimento técnico chamado de "reconstituição das famílias" a partir dos registros da catolicidade (batismos, casamentos e sepultamentos) proporcionou o conhecimento dos principais índices demográficos (natalidade, nupcialidade, fecundidade, mortalidade) do século XVIII francês. Poderia aliás citar outras técnicas, como a da sondagem, utilizada em vários setores das ciências humanas.

Mas significará isso que o progresso das técnicas de pesquisas basta para assegurar o progresso do conhecimento histórico? . . . Não me parece. A utilização de uma técnica só é válida desde que se apoie em conceitos básicos claramente elaborados: a inaceitação dessa necessidade leva, na prática a pôr em causa a história como disciplina explicativa. Sem se cair em qualquer espécie de dogmatismo, importa reconhecer a necessidade de uma hipótese privilegiada, de um esquema teórico, de um método de pensamento à prova da pesquisa e da reflexão.

Tôda a reflexão do historiador é incessantemente solicitada pela teoria. E' através da conceptualização e da teorização que o historiador pode alimentar a esperança de isolar a anatomia das sociedades, e mais ainda a sua fisiologia, o mecanismo da sua evolução que lhe interessa em primeiro lugar.

P. — A descida na Lua e a conquista do espaço abrem perspectivas insondáveis à aventura humana. Mas na Terra a existência, como você salientou, é ainda para centenas de milhões de homens uma luta permanente, do nascimento à morte, contra a fome. Por outro lado, mesmo nos países mais desenvolvidos, a contradição entre a socialização crescente do indivíduo e a sua negação como elemento socialmente responsável mantêm-se e agrava-se. Acredita que a conquista do espaço possa modificar num futuro próximo a vida do homem sobre a Terra?

R. — Eu admiro, como qualquer pessoa, a espantosa façanha científica e técnica que foi o desembarque do primeiro homem na Lua. Admiro-a, mas não sem me interrogar: não haveria para a humanidade conquistas menos longínquas e mais prementes? O desembarque na Lua e a conquista do espaço abrem sem dúvida perspectivas insondáveis à humanidade... Mas, antes de conquistar o espaço, não teria sido preferível pensar em nosso próprio planeta e tornar, finalmente, o homem seu “dono e senhor”, segundo a expressão de Descartes? Antes de conquistar a Lua, fazer do nosso planeta a terra dos homens, a terra de todos os homens...